Notícias do dia 23 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 4 | Número de veículos: 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Pergunta para: Edson Ferrari - GIRO 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
PEC do teto de gastos recebe emendas na CCJ 4

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Economia - XADREZ 6

DIREÇÃO CONCURSOS - NOTICIAS
TCE - GO
Concurso Público: sancionada lei que garante isenção de taxa em Goiás 7

Pergunta para: Edson Ferrari - GIRO

Caio Henrique Salgado

Presidente do TCE

O TCE decidiu no debate sobre o transporte coletivo da Região Metropolitana. Como será isso?

Estamos dialogando para aprimorar uma proposta e sugerir alternativas para o transporte coletivo. Não temos nenhuma ideia de sanção, mas sim de fazer um debate público. É um serviço essencial e os órgãos estão devendo uma resposta, incluindo as prefeituras e o Estado. Ninguém assume a responsabilidade.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/23-junho-2021/1o-caderno

PEC do teto de gastos recebe emendas na CCJ

Os deputados Antônio Gomide (PT), Karlos Cabral (PDT) e Delegado Eduardo Prado (DC) apresentaram emendas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que institui um Novo Regime Fiscal (NRF) e limita os gastos do Estado até 2031. O prazo para propor alterações no projeto terminou ontem, após dez sessões ordinárias. A matéria, enviada pelo **governo de Goiás**, é necessária para que o Estado entre no Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Gomide propõe em uma das emendas que o período de vigência do teto de gastos termine em 2022 e não em 2031. Para o parlamentar, a limitação deve ficar restrita ao mandato do governador **Ronaldo Caiado** (DEM), que se encerra no fim do ano que vem. "Acho que fere a Constituição fazer isso por dez anos, porque compromete outras gestões. Se ele ganhar a reeleição e quiser renovar, tudo bem. Mas que fique restrito ao seu mandato", explica.

O deputado também pede, em outra emenda, que a correção do teto de gastos seja vinculada à variação da Receita Corrente Líquida (RCL) e não ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo ele, essa medida faria com que a correção fosse maior, caso haja crescimento nas receitas do Estado, e, assim, possibilitaria mais investimentos em saúde, educação e segurança pública.

O deputado Karlos Cabral é autor de quatro emendas à PEC. A primeira propõe que a data de início da vigência do teto de gastos passe de janeiro de 2022 para maio do mesmo ano. O parlamentar quer, com isso, estabelecer um prazo maior para entrada no RRF.

O pedetista também requer que a segurança pública seja incluída nas exceções. Originalmente, o projeto exclui das limitações apenas gastos com saúde, educação, com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); com o pagamento de precatórios, e de empresas estatais dependentes incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja receita tenha como fonte emendas parlamentares federais, ou que sejam custeadas com doações e transferências voluntárias; além das transferências constitucionais para municípios.

Data base

Cabral ainda propõe que seja paga a data base aos servidores públicos durante o novo regime. Segundo ele, isso não traria aumento de despesas, apenas uma reposição salarial. Por último, o deputado sugere que a progressão de carreira seja suspensa só por mais seis meses e, depois desse período, volte a ser paga aos servidores.

Eduardo Prado propôs emenda para permitir a nomeação de aprovados em concursos públicos homologados antes do início do RRF. Em outra proposta, o deputado sugere a troca do termo "evolução de carreira" por "progressão", porque, segundo ele, isso trará mais segurança jurídica.

Além disso, Prado sugere que haja a possibilidade da correção do teto de gastos ser feita não só com base na variação do IPCA, mas também com o cálculo do superávit no Orçamento. Assim, seria escolhida a maior variação entre as duas opções.

O relator da proposta é o deputado Chico KGL (PRTB), que disse ainda estar analisando as emendas. O líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), porém, afirma que a tendência é de que todas sejam rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com reunião prevista para hoje às 14h. "São emendas que ferem o que foi proposto pelo Ministério da **Economia** e o que já foi proferido pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Não há a possibilidade de serem acatadas", diz.

Refinanciamento

A medida que começa a ser votada hoje na Assembleia congela por uma década as despesas primárias do Estado, permitindo apenas acréscimos dentro da variação do IPCA. Essa limitação afeta os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública, e das respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e as empresas estatais dependentes. A fiscalização ficará por conta do **TCE**.

Ontem, o governo do Estado recebeu o contrato de refinanciamento de dívida, mais um passo para adesão ao RRF. Segundo a secretária da **Economia**, Cristiane Schmidt, ele agora deve ser analisado tanto pela pasta como pela Procuradoria-Geral do Estado e pela Controladoria-Geral do Estado antes de ser

assinado. A adesão de **Goiás** ao regime foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio deste ano em votação unânime.

Crédito especial de R$ 8 milhões à SIC é aprovado

A **Assembleia Legislativa de Goiás** aprovou nesta terça-feira (22), em segunda votação, o projeto de lei do governo do Estado que prevê abertura de crédito especial à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC). Foram 20 votos favoráveis e 1 abstenção. O texto agora segue para sanção do governador **Ronaldo Caiado** (DEM).

A proposta autoriza o repasse de R$ 8 milhões à secretaria. De acordo com a justificativa do governo, a intenção é fazer com que a SIC consiga suportar despesas com a concessão de aval pelo Fundo de Equalização para o Empreendedor (Fundeq), instituído pela Lei Complementar nº 160, de 29 de dezembro de 2020.

O Fundeq é vinculado à Agência de Fomento de **Goiás** S/A (GoiasFomento). O objetivo do fundo é de prover recursos financeiros para o pagamento de encargos, por meio da equalização de juros e/ou prestação de garantias nas operações de crédito.

Segundo a governadoria, o benefício, portanto, será destinado a operações de crédito contratadas por microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, trabalhadores autônomos e informais dos setores agropecuário, mineral, industrial, comercial, de turismo e de prestação de serviços.

Na proposta, o governo argumenta que esses setores são os que mais enfrentam dificuldade para contratação de linhas de crédito devido às exigências do sistema bancário e às dificuldades para oferecer bens suficientes como garantia.

O governo precisou enviar a proposta à Assembleia porque a concessão não estava prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Maycllyn Carreiro substitui Júlio Pina, em licença

A **Assembleia Legislativa de Goiás** realizou nesta terça-feira (22) a cerimônia de posse de Maycllyn Carreiro (PRTB), que assume a cadeira do deputado estadual Júlio Pina (PRTB), que pediu licença de 121 dias para tratamento de saúde. O parlamentar se licenciou no dia 15 de junho e tem retorno previsto para 3 de outubro.

Advogado e ex-vereador de Morrinhos, Carreiro ficou como segundo suplente na eleição para deputado estadual em 2018, quando recebeu 9.303 votos - 0,30% dos votos válidos. "Este momento resgata o prestígio de Morrinhos no cenário político estadual, pois, há 18 anos minha cidade natal esteve sem representante no parlamento goiano", disse durante o discurso de posse.

Carreiro também fez o compromisso de que será um deputado municipalista e elencou suas prioridades: "Sempre estarei com o setor produtivo, com os comerciantes, os empreendedores e o setor industrial. Tenho certeza de que é gerando emprego e renda que vamos reduzir as desigualdades sociais e vamos dar uma vida mais digna ao nosso povo."

O afastamento de Pina foi aprovado pela Assembleia no último dia 16. A equipe do deputado afirma que o parlamentar preferiu não divulgar qual o tratamento a que vai se submeter.

Como ele é, hoje, segundo secretário da mesa diretora da Casa, o deputado Tião Caroço (DEM) vai assumir o posto no Legislativo.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/23-junho-2021/1o-caderno

Economia - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

Proporcionalmente ao teto de gastos de cada Poder e órgão autônomo, o **Tribunal de Contas do Estado** garante que a instituição, ao lado do Ministério Público e Tribunal de Contas dos Municípios, foi o que mais economizou recurso, em 15%, 7% e 6%, respectivamente. Isso em 2020.

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/06/5338.pdf

Concurso Público: sancionada lei que garante isenção de taxa em Goiás

Maurício Miranda Sá

O governo do **Goiás** tornou pública a Lei Nº 21.026 de 2021 , que garante às doadoras regulares de leite materno isenção da taxa de inscrição para o exame vestibular e concurso público no estado.

Segundo a publicação, considera-se doadora regular de leite materno a candidata que tenha realizado pelo menos três doações nos 12 meses antecedentes à publicação do edital do certame.

A regra vale para as seguintes seleções:

Exames vestibulares para a Universidade Estadual de **Goiás** - UEG;

Concurso público para provimento de cargos ou empregos públicos realizados no âmbito do Estado de **Goiás**

A isenção prevista na lei será concedida mediante apresentação, na forma prevista em cada edital, de documento comprobatório das doações realizadas, emitido por banco de leite humano em regular funcionamento.

O artigo segundo prega que a candidata que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da

isenção prevista na lei sujeita-se a:

I - cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II - exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

Isso sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Concurso Público: veja opções no **Goiás** e mais

Abaixo, uma lista de opções de concurso público no **Goiás**. Confira:

Concurso TRE GO

Concurso TJ GO

Concurso PM GO

Concurso **TCE** GO

Assinatura Ilimitada

Quer garantir centenas de cursos para os principais concursos públicos do país? Basta adquirir a Assinatura Ilimitada do Direção Concursos , em parceria com o QC, para ter acesso ao PDF 2.0 : a plataforma que vem mudando a sua forma de estudar. Confira:

Quer ficar por dentro de todas as novidades sobre concursos públicos? O Direção Concursos preparou um grupo no Telegram com as principais notícias . Clique aqui e participe!

Agora as notícias mais quentes do mundo dos concursos públicos, também podem ser acompanhadas no Instagram do Direção News. Basta clicar aqui e acompanhar nossas atualizações diariamente! CLIQUE AQUI E SIGA AGORA MESMO!

Site:
https://www.direcaoconcursos.com.br/noticias/concurso-publico-isencao-de-taxa-leite-materno-goias/